

ATA da REUNIÃO INTEGRADA dos COMITÊS de MONITORAMENTO dos BLOCOS 1, 2, 3 e 4

Aos vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, às 14h, na Sala Dona Maria, na Rua Primeiro de Março, S/N - Centro Cultural PGE-RJ - 2.º andar, Centro do Rio de Janeiro e por meio da plataforma digital de videoconferência Zoom Meetings, realizou-se a Reunião do Comitê de Monitoramento instaurado para exercer o controle social através da participação no processo de formulação de políticas, planejamento, regulação, fiscalização e avaliação dos serviços públicos no sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme disposto no Anexo XII dos Contratos de Concessão.

A pauta da reunião que foi anteriormente divulgada, era:

1. Carta e pedidos para o Governador
2. Temas para os GTs
3. Resolução para o GT aprovado e com membros de trabalho
4. Pedido do Relatório do TCE e marcar apresentação deles
5. Chamada Pública No. 01/2023
6. Informes específicos dos Blocos
7. Assuntos Gerais (inclusive aprovação da ata da reunião anterior)

Havendo quorum, a reunião foi presidida pelo Presidente Sr. João Ricardo de Mattos, da FAM-RIO - Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro, com as participações dos presidentes, Sr. Eduardo Figueira, da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca – CCBT, do bloco 2 (dois); Sra. Adriana Sotero da Fundação Oswaldo Cruz - FioCruz, do bloco 4 (quatro), e o Sr. Licínio Machado Rogério da FAM-RIO - Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro, do bloco 1 (um).

Demais participantes: Sr. Humberto Garcia, representante do Município de Mesquita/RJ; Sr. Rafael Duarte Mourão Chaves Corriça, do Município de Mesquita; Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes, titular do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ; Dr. Victor Miceli, suplente do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ; Sra. Kelly Félix, representante



da Associação Brasileiras das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto - ABCON; Sr. Ricardo Barbosa, representante do Município de Paty do Alferes - Bloco 02; Sr. Aercio Barbosa de Oliveira da Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE; Sra. Adriane Sales Pereira, representando o município de Seropédica; Sra. Ilca Bezerra, representante dos Usuários do bloco quatro; Sra. Elisa Sesana Gomes, representante do Observatório Saneamento Maricá, Bloco I – Usuários; Sra. Carolina Fernandes, representante do município de Japeri; Sr. Davidson Ferreira dos Santos, representante do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro – SENGE/RJ; Sr. Ricardo da Conceição Barbosa, Representante do Município de Paty do Alferes - Bloco 2; Sra. Adriana Bocaiuva, representante do Comitê da Baía de Guanabara; Sr. Morvan Barreto Nobre, representante da Sociedade de Engenharia e Arquitetos do Rio de Janeiro – SEAERJ/Bloco 2; Sr. Elielson Teixeira da Silva, representante da Prefeitura de Tanguá e o Sr. José Arimathéa Oliveira, representante do Comitê de Bacias do Médio Paraíba do Sul (IFRJ).

Na abertura da reunião, os membros que participavam por meio da plataforma digital de videoconferência Zoom Meetings, registraram problemas de som, de modo que foram encontrados problemas técnicos e operacionais no local. A fim de resolver os problemas e dar continuidade a reunião, os presidentes solicitaram o desligamento do som, decidindo que cada presente no local entrasse em seus aparelhos celulares para continuarem a reunião.

Dando continuidade à reunião, o Sr. João Ricardo de Mattos indagou se havia alguma objeção da plenária, quanto a ATA da Reunião do dia 31/10/2023 e se existia a necessidade de leitura. Não havendo manifestações foi aprovada sem alteração.

Em continuação ao item 1 da pauta.

1. Carta e pedidos para o Governador.

O Presidente João Ricardo de Mattos, concedeu a palavra ao Sr. Eduardo Figueira, presidente do bloco 2, onde comunicou que foi enviado ao Governador do Estado do Rio de Janeiro uma carta solicitando os devidos apoios que o Comitê de Monitoramento necessita para iniciar os trabalhos. Em destaque, o Sr. Eduardo Figueira citou *“Nós avaliamos a situação e esses Comitês foram criados pelo poder concedente dos contratos de concessão.*



Como obrigação, então, ao invés de ficar discutindo, pedindo favor para a Agenesra e andar de um lado para outro, nós decidimos fazer uma carta direto ao Governador, porque é ele o responsável por reconhecimento do final do trabalho que ele abriu. Ele abriu o trabalho de definição dos Comitês, e esse trabalho foi muito bem conduzido pelo Sr. Licinio. O regimento foi feito, aprovado em votação, foi para a Agenesra, agora precisa ser feito o encerramento desse serviço para que esses Comitês sejam reconhecidos. E aí, sim, aquela questão de estrutura, de onde vai funcionar.” Finalizou. A plenária aprovou imediatamente esta carta. Logo, o Sr. Morvan Nobre ressaltou a importância de indagar futuramente sobre como funciona os processos de desequilíbrio econômico-financeiro.

Através do chat, o Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes solicitou “Registro que não exercerei direito ao voto quanto aos itens a serem deliberados na reunião, diante da possibilidade de o GTT-Segurança Hídrica do MPRJ, que integro, atuar em atividade fim sobre o tema.” Assim com seu suplente, Dr. Victor Miceli, que citou “Registro que não exercerei voto em razão da possibilidade de futura atuação em Juízo envolvendo os temas em deliberação.”

Logo, com a palavra o Sr. Licinio Machado Rogério, registrou sua insatisfação citando “É um absurdo isso que nós estamos passando. Deixando nestes termos, deixando Renata e Marcelo vendidos aqui por um sistema que não funciona e a gente fica sofrendo, levando meia hora para começar essa reunião por falta de infraestrutura, que volta remete-se à carta do Governador que a gente não tem nenhuma estrutura. Então fica o estresse, estou nervoso por causa dessa bagunça que houve aqui hoje. Renata e Marcelo sofrendo aqui para tentar nos atender e não conseguiram porque não é a especialidade deles. Na hora que a gente tiver uma reunião descente, a gente resolve. Hoje sofreram aqui de manhã, eu participei de uma reunião extraordinária para testar e na hora que a gente começa a funcionar, não dá, fica muito ruim. Importante essa carta cobrando, porque desde que eu era presidente provisório, eu venho reclamando do Governo e a Agenesra entra no sistema para dizer que dá o maior apoio para a reunião e está a prova aqui que eles não dão apoio, porque jogam funcionários aqui que ficam vendidos com a gente. Então nós temos essa palhaçada de ter uma reunião presencial com cada um no seu telefone espalhado para não dar eco. Eu acho que a gente tem que refazer e reforçar essa carta e cobrar a resposta. E caso o Governador não responda logo, acionar o Ministério Público.” Diante do exposto indagou a presença do Ministério Público na reunião, solicitando sua manifestação quanto ao assunto após as demais inscrições.

Portanto, através do chat o Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes fez o registro *“Solicito por favor seja inserido na ata as reclamações feitas na reunião sobre as dificuldades estruturais e operacionais para os trabalhos do Comitê. Obrigado.”*

A palavra foi concedida a Sra. Adriana Sotero que corroborou com as falas antecessoras a sua reforçando e solicitando que as reuniões sejam na Sede da Agenesra que comporte dez pessoas, de modo que a maioria participa de forma virtual, uma vez que já existe o calendário das reuniões.

Em seguida, o Sr. Morvan Nobre indagou *“O item 21.8 do contrato, página 50. Ele fala que durante todo o prazo da concessão, a concessionária recolherá mensalmente meio por cento das receitas para a Agenesra. Eu queria saber se está havendo esse recolhimento, se alguém tem essa informação.”* Em resposta a Sra. Adriana mencionou *“Isso está acontecendo sim. O recolhimento do valor proporcional, está sendo pago conforme o contrato, senão já tinha rescindido.”*

A fim de concluir o item 1 da pauta, o Sr. Eduardo Figueira, informou que precisa aguardar uma resposta do Governo e a seguir encaminhar ao Comitê o número do SEI que será gerado. O Sr. José Arimathéa, logo sugeriu a importância da carta de ser enviada igualmente copiada para a comissão de saneamento ambiental da Assembleia legislativa do Estado do Rio de Janeiro-Alerj. Sem demora, o Sr. Eduardo Figueira informou que essa sugestão já foi realizada. Assim, registra-se que a comissão da Alerj recebeu a mesma carta encaminhada ao Governador do Estado. O Sr. Licínio, sugeriu a inclusão da carta como anexo à esta ATA. Dessa forma, foi aprovado em plenária. Dando seguimento, solicitou ao Ministério Público que fizesse uso da palavra sobre o assunto. Portanto, com a palavra o Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes, declarou *“Eu estou aqui na sala de reunião com o Dr. Victor Micelli, nós somos os representantes do Ministério Público nesse Comitê e ocupamos os cargos atualmente de coordenador e integrante do GTT de segurança hídrica. A nossa participação aqui no Comitê é colher as informações e encaminhar aos promotores naturais. Por isso que ouvi as reclamações sobre as dificuldades operacionais e estruturais aqui de funcionamento da nossa comissão e pedir para consignar em ATA todas essas dificuldades a fim de que a gente possa encaminhar ao promotor natural e, a partir daí, ele possa tomar as medidas, se necessário, como já foi dito aqui anteriormente, até judiciais caso não seja possível tratativas consensuais para resolver essa*

questão estrutural de funcionamento. Agora, de fato e sem interferir no livre convencimento do promotor natural, é evidente que esse Comitê como instância de controle e participação social nessa política pública deixa a formulação, a execução e a avaliação dessa política pública a partir dos contratos de concessão, é imprescindível que esse Comitê funcione não apenas formalmente, mas materialmente com todos os meios e instrumentos aptos a permitirem a participação de todas as pessoas que integram esse Comitê. Então esse é o motivo pelo qual eu pedi para que todas as falas que me antecederam, apontando os problemas estruturais e operacionais no funcionamento do nosso Comitê, fiquem consignados para que o Ministério público possa adotar as medidas por meio do promotor natural. Portanto, tem medidas administrativas e, se necessário, as medidas judiciais, é isso, obrigado.” O Sr. Licínio, indagou “Quem é o promotor natural?” Em resposta, o Dr. Tiago Veras respondeu “Tem que ser distribuído. A partir do momento que chega uma representação é distribuído para algum dos promotores naturais que são os titulares das promotorias do meio ambiente da capital.” O presidente Licínio, novamente indagou “Então o Comitê tem que fazer uma representação junto ao MP?” Em resposta, o Dr. Tiago Veras comunicou “O Comitê pode fazer uma representação junto ao Comitê, mas desde logo, constando na ata da reunião de hoje, como eu pedi no chat o relato dessas dificuldades. Eu e o Dr. Victor, como participante, a gente pode extrair uma cópia dessa ata e a gente por nós mesmos podemos distribuir isso a uma das promotorias do meio ambiente da capital. Só consignando que essas informações que prestei aqui não foram a título de consultoria jurídica, porque o Ministério Público, não pode prestar consultoria jurídica, mas é apenas a título de esclarecimento que a participação do Dr. Victor e minha aqui nesse Comitê tem o objetivo de colher essas informações e passar essas informações aos promotores naturais para que eles tenham melhor possibilidade de atuação dentro da atribuição deles.”

Nada mais havendo a tratar, o presidente João Ricardo, encerrou o item 1 da pauta.

Com a palavra o Sr. João Ricardo, solicitou passar para o item 2 da pauta:

2. Temas para os GTs.



Criar um GT sobre a questão do orçamento da Agenesra, e aplicação dele dentro dessa discussão com o Ministério Público.

Finalizando o item 1 da pauta, o Sr. Eduardo Figueira esclareceu a importância e a ideia do tema, ressaltando a busca em cada bloco por pessoas que tenham conhecimento e disponibilidade para atuar em grupos de trabalho para produzir resultado concreto. Logo, concluiu *“O foco é conseguir homologar esses Comitês o mais rápido possível para que a gente consiga realmente ter esse grupo de trabalho funcionando. Depois irei divulgar uma minuta de uma forma de trabalho e aí cada Comitê vai ver se vale a pena, mas é uma sugestão de dar uma ordem como se fosse um projeto, para que a gente tenha objetividade nesse trabalho.”*

Com a palavra, a Sra. Adriana Sotero corroborou com a fala antecessora e acrescentou que o Grupo de Trabalho para compor os conflitos de interesse está formado e aprovado em reunião integrada do dia 31 de outubro de 2023. Sendo assim foi criado e enviado por e-mail uma resolução para constituir o GT. Caso seja aprovado a resolução, prossiga para as sugestões de temas. Entretanto, a Sra. Kelly Félix indagou a respeito do e-mail, informando não ter recebido. Portanto, o presidente João Ricardo de Mattos esclareceu que a resolução está em pauta para a aprovação. Considerando os problemas técnicos que se enfrenta na reunião, encaminhou discutir o item 3 da pauta na reunião do dia 12 de dezembro de 2023. Assim sendo, o item 3 foi retirado de pauta. Logo, a Sra. Adriana Sotero, solicitou ao Sr. Eduardo Figueira o envio da pauta dos temas para o Grupo de Integração no WhatsApp, a fim de que todos tenham conhecimento e que se façam inclusão de temas caso seja pertinente. O Sr. Eduardo Figueira concordou imediatamente explicando que será acatado a solicitação.

Nada mais havendo a tratar, o presidente João Ricardo, encerrou o item 2 da pauta.



Dando continuidade ao item 4 da pauta, o presidente João Ricardo, prosseguiu.

4. Pedido do Relatório do TCE e marcar apresentação deles.

A palavra foi concedida a Sra. Adriana Sotero, que por sua vez fez o relato sobre a reunião do TCE, que ocorreu no dia 06/11/2023, com o assunto 'Implementação do Marco Legal do Saneamento Básico para o Estado do Rio de Janeiro' diante disse, citou *“O TCE nessa reunião disse que tinha relatórios de todos os municípios sobre os planos de saneamento, os que tinham, obviamente e todas as informações relacionadas com isso. Então a gente queria solicitar ao TCE o grupo que fez esse trabalho. Eles contrataram inclusive uma empresa de consultoria para fazer isso. Queremos solicitar para que apresentassem para os Comitês de Monitoramento. Essa é a ideia.”* Dito isto, o Sr. Licínio, comunicou que pode solicitar ao TCE que a apresentação fosse na SEDE. Logo a Sra. Adriana Sotero, sugeriu que a reunião (apresentação) ocorresse na segunda semana de dezembro. Portanto, o plenário aprovou a proposta apresentada do item 4 da pauta.

Através do chat o Sr. Ricardo Barbosa fez o relato *“Fiz o encaminhamento a Iguá do ofício que elaborei solicitando informações sobre a falta de água em Paty do Alferes. Só gostaria de deixar registrado o número do ofício e que será encaminhado uma cópia do ofício ao Comitê somente para ficarem cientes. Ofício n.º 074/2023/SMA. Solicitação de informações sobre problemas recorrentes de abastecimento de Água no Município de Paty do Alferes.”* O Sr. João Ricardo, logo solicitou que fosse enviado uma cópia para a Agenersa. Em resposta, o Sr. Ricardo Barbosa informou que será elaborado outro ofício para a Agenersa, porém com o mesmo assunto.

Com a palavra o Sr. Morvan opinou *“Esse workshop aí junto ao TCE, acho que poderia ser bastante produtivo nesse sentido. Então eu acho que é interessante a gente ver bem qual é o escopo que a gente quer para tentar aproveitar o máximo possível dessa ideia da Adriana.”*

Com a palavra, o Sr. Humberto Garcia sugeriu a apresentação da professora Fabíola, citada na reunião do dia 31 de outubro de 2023, para falar sobre o assunto da 'importância da participação social na regulamentação dos preços, da questão de saneamento.' Com o intuito de entender a metodologia.

Nada mais havendo a tratar, o presidente João Ricardo, encerrou o item 4 da pauta.

Dando seguimento ao item 5 da pauta:

5. Chamada Pública No. 01/2023

No uso da palavra, a Sra. Adriana Sotero, ratificou a publicação no D.O, o chamamento público e indagou aos membros, *“Existe algum membro aqui do Comitê que gostaria de se prontificar a uma das vagas que estão em vacância?”* Continuou, *“Vale ressaltar que é importante que a gente tenha todo o quadro de funcionamento preenchido, de modo que a gente garanta a funcionalidade.”*

Lembrando que as vagas em vacância são:

Comitê do Bloco 1

- Suplente para composição da Comissão de Integração (2 vagas)

- Secretário do Comitê

Comitê do Bloco 2:

- Suplente para composição da Comissão de Integração (2 vagas)

Comitê do Bloco 3 - Titular para composição da Comissão de Integração (1 Vaga) - Suplente (2 vagas)

Comitê do Bloco 4 - Suplente para composição da Comissão de Integração (1 vaga)

Através do chat a Sra. Adriana Bocaiuva relatou *“Posso apoiar o Eduardo no Bloco 3. Se precisar de secretário.”*

Logo, o presidente João Ricardo de Mattos encaminhou *“Se até a próxima reunião as entidades não encaminharem nomes, a gente passa por um processo de chamamento público de novas entidades para compor o bloco 3. Eu acho que tem que ser o encaminhamento para todos os outros blocos.”* Acrescentando, o Sr. João Ricardo estabeleceu o prazo para a reunião do dia 12 de dezembro para as entidades que estão escritas. Se até a reunião do dia 09 de janeiro de 2024, não houver indicações, o encaminhamento é fazer um novo chamamento público, de novas entidades para compor os Comitês. Em contrapartida, a Sra. Adriana Sotero relatou que segundo o Regimento Interno do Comitê, o correto é pedir que as instituições enviem novos nomes. Com a

palavra, o Sr. João Ricardo sugeriu uma mudança, seguindo o Regimento, porém, dando esse prazo. O Sr. Licínio, logo informou que a revisão do Regimento é de seis meses. A palavra foi concedida ao Sr. Morvan Nobre que em sua opinião pontuou a importância de presenças na reunião e indagou “*Em relação à falta, tem alguma coisa no regimento ou não?*” Em resposta, a Sra. Adriana Sotero, informou que não há nada previsto no regimento. Portanto, o Sr. Licínio registrou como item para a primeira revisão, de modo que a quantidade de faltas seria solicitada a substituição imediata.

Ainda com a palavra, a Sra. Adriana Sotero fez a indagação aos membros “*Hoje entre os presentes, tem alguém que gostaria do bloco 1, estar como secretário para ajudar o presidente Licínio, e um titular do bloco 3?*”

A Sra. Adriana Sotero concedeu a palavra ao Sr. José Arimathéa que, por sua vez, se candidatou para a vaga de secretário e titular do Comitê da Comissão de Integração do bloco 3. Logo, a plenária aprovou sua candidatura. Não houve manifestação de candidatos a secretário para o bloco 1.

Nada mais havendo a tratar, o presidente João Ricardo, encerrou o item 5 da pauta.

Com a palavra, o Sr. João Ricardo, prosseguiu para o item 6 da pauta:

6. Informes específicos dos Blocos.

Ainda com a palavra o presidente destacou seu informe “*Dia 23 de novembro as 8:00h aqui no Rio de Janeiro terá um ato público na porta do BNDES sobre a questão do saneamento, questão da legislação, questão do financiamento do saneamento nacional. Um ato nacional das entidades de trabalhadores e entidades econômicas. Dia 29 de novembro, na Alerj, às 10:00h, também estarei na audiência pública da comissão de direitos humanos, sobre a questão da água e de questão das tarifas.*” Continuou “*Solicito que a Agenesra faça publicidade maior dos seus canais de reclamação, e uma quantidade do folder para distribuir nas reuniões de comunidades que nós vamos fazer do bloco 3 em Campo Grande e Bangu, conjuntamente com o meu vice-presidente Mário Porto. Faremos a primeira reunião em Campo Grande, depois nós vamos informar na próxima reunião a data e o local.*” Finalizou.

O Sr. João Ricardo concedeu a palavra a Sra. Adriana Sotero, que por sua vez, completou o informe citando *“Em relação à audiência pública sobre a comissão de direitos humanos, estou assessorando tecnicamente o grupo. A gente vai lançar uma forma de consultar que a própria Alerj vai receber denúncias, e ouvir da população.”* Continuou *“Proponho que nós dos comitês de monitoramento, poderíamos estar apoiando esse lançamento de consulta na Alerj, sendo mais um canal de comunicação com a população sobre as reclamações.”*

Com a palavra o Sr. Licínio, comunicou seu informe *“Aproveitando que eu estou falando no bloco um, nós tivemos agora em Maricá uma série de falhas de água. Eu conversei, troquei mensagem com o diretor da área, Dr. Pedro Freitas, com quem eu tenho uma reunião já marcada no dia 5 de dezembro, inclusive a Elisa, que é de Maricá, também estará presente na reunião. Eles alegam que estão com dificuldade de fornecimento de água numa determinada região, e além de tudo, a falta de energia ocasionou a paralisação do fornecimento de água. As empresas de água precisarão ter geradores disponíveis nos lugares críticos, porque elas não podem alegar que elas não receberam energia e por causa disso elas não estão fornecendo água. Se elas vão ter aumento de custo por conta dessa falta de energia, aluguel de gerador, despesa de combustível, ela que acione como direito de regresso a companhia Enel, quanto a light, mas elas não podem deixar de fornecer água por falta de energia. Elas têm que ter meios de ter a sua própria energia. Se numa confiabilidade no sistema oficial aumenta o custo, elas que cobrem das empresas de energia elétrica esse aumento de custo e não queiram onerar a população por ele.”* Dando prosseguimento o Sr. Licínio citou *“A Águas do Rio está pedindo, entrando em contato com vários condomínios, grandes clientes, querendo uma antecipação do vencimento das contas.*

Isso aí é uma coisa para mim, extremamente grave. Porque eles herdaram um sistema que já tinha um faturamento.

Eu conversei com o diretor técnico e ele disse: - não, mas tem. Cada um tem um prazo de vencimento, regulamento, permite que a gente emita. Com 5 dias úteis, a gente pode emitir a conta, mas todo mundo tem sua previsão de pagamento. Você não espera pagar 2 vezes a mesma conta no mês. Então eu queria propor que a gente convidasse a direção da Águas do Rio para uma reunião na próxima semana. Para que eles esclareçam o que está havendo, e eu gostaria que essa reunião fosse na Agenera, uma reunião aberta, inclusive chamando também o Ministério Público para tomar conhecimento disso

porque é extremamente grave. Queria saber se as pessoas concordam com isso, se tem alguma objeção?”

Em complemento de seu informe, o Sr. João Ricardo de Mattos citou “Foi falado na última audiência pública da comissão de saneamento, que houve um concurso, e iam ser treinados, chamando essas pessoas para fiscalizar junto com a Agenera. Nós queremos solicitar em público e constar em ata, para ver até que ponto está essa fiscalização para inclusive não ter esses problemas que a gente está tendo com a questão da energia, manutenção 5 vezes no mês das empresas. Então a gente precisa saber como está esse processo. É uma pergunta direta à presidência, a diretoria da Agenera sobre a questão dos novos concursados para a gente inclusive não ter que estar usando quadro da própria empresa para fiscalizar a questão da distribuição de água.”

Com a palavra o Sr. Eduardo Figueira passou dois informes.

“1 - Só complementando aqui o que o Licínio falou. Passam por nós, cerca de 450, 500 contas por mês para analisar e a gente consegue mapear o que está acontecendo no território todo. Então, o que está acontecendo é que desde a primeira conta emitida pelas Águas do Rio e Iguá também, mas menos intensidade anteciparam 30 dias no vencimento de vários territórios, de vários locais separadamente. Simplesmente emitem a conta com 30 dias de antecipação. Então a gente já rejeitou várias contas por causa disso e quando a gente conversa com a Águas do Rio, dizem que é uma política da empresa. Portanto, está acontecendo no Rio de Janeiro inteiro. A Iguá, andou fazendo isso esporadicamente em alguns locais da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, e onde houve rejeição eles retrocederam, precisam ser depositados em juízo as contas. Então, assim, onde você tem reações jurídicas fortes com ações e que você tem a capacidade de depositar em juízo uma conta com vencimento antecipado. Infelizmente, para aqueles que não têm nenhum tipo de defesa jurídica e ficam recebendo uma conta antecipada, a concessionária está colocando esses clientes sob uma forma de devedores. Quer dizer, ele antecipa o pagamento, já coloca o cliente numa condição de devedor e depois aparece alguém do comercial para negociar um parcelamento com benevolência. É em todo o território da Águas do Rio.” Continuou “É interessante o Ministério Público estar presente na reunião porque isso é uma coisa que é generalizada e caso haja necessidade, eu mesmo posso fornecer centenas de contas disso desde janeiro de 2022 até hoje em diversos locais do

Rio de Janeiro, porque a gente trabalha com isso. Eu tenho esses dados. Aliás, já está no Ministério Público, em algumas instâncias já tem lá, mas a gente pode ajudar.”

“2 - Assunto de conta. O que acontece? A Águas do Rio, principalmente. Passou a emitir contas de convencimento em novembro e dezembro e a Iguá, já emitindo as contas com vencimento em janeiro com o reajuste de 10,24%. Teoricamente já aprovado na Agenersa. É o reajuste anual que a Águas do Rio está antecipando nas contas de novembro e dezembro. O que nós observamos? Na última década, pelo menos que é o que a gente monitora, o processo normal de reajuste anual acontece de que forma? Você faz os cálculos, a Agenersa aprova, isso vai para o governo do estado, ele é homologado e publicado no diário oficial e todo o diário oficial onde aparece a estrutura tarifária, aparece lá com a data da publicação e entrada em vigor 30 dias após a publicação. Pois bem... nós não temos um diário oficial hoje com essa tabela publicada, tá? E a Águas do Rio está antecipando isso em vários territórios. Nós já mapeamos aqui toda a Zona Sul do Rio, Centro da Cidade, a gente não viu isso ainda acontecer na Ilha do Governador, na baixada, mas você vê que é uma questão regionalizada. E a Iguá já está enviando as contas de janeiro assim. Primeiro ponto; É fundamental ter o diário oficial publicado? Se sim, estão todas essas contas antecipadas. Essa resposta precisaria haver, ou da Agenersa, ou de quem entende disto. Eu estou só dando um alerta para que todas as entidades que pertençam ao sistema aqui dos monitoramentos, porque o Comitê ainda não está homologado, mas a gente pode fazer algumas cartas, alguns documentos, mas eu sugiro aqui que todas as entidades que sejam representativas de classe ou de condomínios nas regiões, todas verifiquem os seus condomínios, as contas de água, principalmente da Águas do Rio, se elas estão com a tabela antecipada, com 10,24% de aumento, sem que haja o diário oficial. Se isso for, passem a fazer reclamações formais na Agenersa, porque foi orientação que o Presidente da Agenersa deu numa reunião que tivemos do Comitê de saneamento da Alerj.

Ele disse isso pessoalmente para os Deputados, que já tinha ~~contratado~~ um perito para analisar contas que chegavam lá. Então, OK, vamos fornecer as contas para que eles analisem. O fato é, nós não localizamos o diário oficial com o decreto do Governador homologando o reajuste. Consultamos a Águas do Rio e recebemos uma resposta dizendo que isso não é necessário. Eu nunca vi isso nos últimos 10 anos.

Eu queria colocar esse ponto aqui para que embora a gente ainda não tenha homologação dos monitoramentos, mas as entidades são independentes e suficientes para fazer seus documentos, suas reclamações, suas posições para a Agenersa.”

A Sra. Adriana Sotero, em contrapartida, destacou considerar o Regimento Interno homologado, uma vez que em seu entendimento houve a audiência de aprovação de todos e uma chamada constando o regimento no Diário Oficial.

Tendo em vista que o Sr. Eduardo Figueira perdeu sua conexão por falta de bateria em seu aparelho celular, o Sr. Licinio solicitou o encerramento da reunião constando sua insatisfação devido falta de estrutura técnica e operacional.

Nada mais havendo a tratar nos termos da pauta previamente estabelecida, a presidente Adriana Sotero Martins, agradeceu a honrosa presença de todos os presentes, declarando encerrada a presente reunião às 17h.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2023



Licinio M. Rogério

Presidente do Bloco 1

EDUARDO
FIGUEIRA:82
264155787

Assinado de forma
digital por EDUARDO
FIGUEIRA:82264155787
Dados: 2023.12.03
15:25:20 -03'00'

Eduardo Figueira

Presidente do Bloco 2



João Ricardo de Mattos

Presidente do Bloco 3

Documento assinado digitalmente
gov.br **ADRIANA SOTERO MARTINS**
Data: 01/12/2023 17:53:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Adriana Sotero Martins

Presidente do Bloco 4

ANEXO DA CARTA AO GOVERNADOR

- 9) Considerando que a AGENERSA participa dos Contratos de Concessão na qualidade de interveniente – anuente;
- 10) Considerando que as atribuições definidas para os trabalhos dos Comitês, embora sejam consideradas como serviços relevantes e sem remuneração, conforme Art. 5º dos Decretos de criação dos Comitês, é certo que haverá despesas para a realização dos trabalhos, que não terão relação com remuneração em si;
- 11) Considerando que as atribuições designadas aos Comitês no Art. 7º dos respectivos Decretos de criação dos Comitês somente serão cumpridas caso haja meios concretos para que os respectivos serviços sejam realizados;
- 12) Considerando que a AGENERSA é a entidade designada pelo Estado do Rio de Janeiro para dar o suporte operacional para as reuniões dos Comitês, conforme Art. 8º dos Decretos de criação dos Comitês;
- 13) Considerando que, somente após a formação dos Comitês seja possível se dimensionar as reais necessidades físicas e operacionais para o exercício dos serviços de caráter relevante e sem remuneração;
- 14) Considerando que a etapa de formação dos Comitês de Monitoramento dos Blocos 1, 2, 3 e 4 foi concluída e que as quatro presidências realizaram análises das necessidades;
- 15) Considerando que os Contratos de Concessão estão em andamento há pouco menos de dois anos, sendo que a designação da formação dos Comitês era para que se formassem nos primeiros seis meses de operação;
- 16) Considerando que há uma grande manifestação da sociedade no sentido de reclamações sobre descumprimentos de legislação em vigor por parte das concessionárias, com altos impactos nos valores das contas, assim como práticas operacionais de impacto negativo à população, refletidas em uma quantidade excessivamente anormal de ações no TJRJ, denúncias ao MPRI, PROCON Estadual, Comitê de Saneamento da ALERJ e, inclusive à AGENERSA, mesmo antes da publicação do Regulamento de Serviços, sem tenhamos observado alguma medida prática nesses quase dois anos de vigência dos Contratos;
- 17) Considerando, portanto, que por parte dos Comitês, há a real intenção de acelerar ao máximo as entradas em atividade, no sentido de buscar cumprir com a missão designada e colaborar para que as partes relacionadas cumpram seus respectivos papéis nesse desafio que é reconhecidamente complexo.

Assim, em consonância com as considerações supra citadas, serve o presente documento para manifestar a necessidade de que o Estado, no cumprimento de suas atribuições contratuais, promova a designação funcional de qual entidade sob sua responsabilidade será responsável pelo provimento da infraestrutura operacional de cada Comitê de Monitoramento, assim como providencie a dotação orçamentária correspondente ao suporte financeiro do custo operacional de cada um.


Marcus Pires Fortes



No sentido de dar apoio ao processo decisório, foi realizado um estudo básico das necessidades iniciais de cada Comitê, principalmente no sentido de dar fluência aos trabalhos da Secretaria Executiva.

A relação de necessidades básicas para que os trabalhos sejam executados, sem que se esgotem por completo, encontra-se a seguir:


Item	Descrição
1	Espaço físico permanente preparado e destinado às atividades operacionais de secretaria e reuniões do Comitê
2	Espaço físico temporário para realizações das reuniões abertas do Comitê
3	Infraestrutura de escritório para os itens 1 e 2 (físico, material e papelaria)
4	Infraestrutura de comunicação para os itens 1 e 2
5	Um funcionário permanente para operacionalizar as atividades de Secretaria
6	Estrutura de TI para funcionamento da base operacional e remota nos casos de deslocamento
7	Estrutura de comunicação remota nos casos de deslocamento
8	Internet para pesquisa, comunicação e transmissão de imagens
9	Serviço de assinaturas digitais
10	Serviços ou reembolso de despesas de diligências oficialmente demandadas e aprovadas pelo Comitê
11	Serviços de publicações oficiais
12	Serviços de mídia digital para criação e manutenção de site e publicações
13	Serviços digitais de comunicação direta com consumidor


Dessa forma, vimos pela presente solicitar a designação de uma audiência com o Governador do Estado do Rio de Janeiro, o mais brevemente possível, com a seguinte pauta sugerida:

- a) Marcar o encerramento da fase de montagem dos Comitês de Monitoramento da Concessão Regionalizada dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário;
- b) Formalizar a entrega das demandas supracitadas para que os Comitês de Monitoramento da Concessão Regionalizada dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário possam exercer suas funções determinadas nos Contratos de Concessão, e;
- c) Dar reconhecimento formal à formação dos Comitês de Monitoramento da Concessão Regionalizada dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.

Nesses termos, permanecemos no aguardo de retorno com a maior brevidade possível, considerando que todos comungamos dos mesmos objetivos finais, no sentido de que os Contratos de Concessão sejam integralmente cumpridos tanto pelos compromissos assumidos pelas empresas concessionárias quanto pelo Poder Concedente.

Rio de Janeiro, 07 de novembro de 2023.


Presidente do Comitê do Bloco 1
Lício M. Rogério


Presidente do Comitê do Bloco 3
João Ricardo de Mattos Serafim

EDUARDO
FIGUEIRA:8226415578
7

Assinado de forma digital por
EDUARDO FIGUEIRA:8226415578
Data: 2023.11.07 20:08:23 -03'00'

Presidente do Comitê do Bloco 2
Eduardo Figueira

gov.br
Documento assinado digitalmente por
ADRIANA SOTERO MARTINS
Data: 07/11/2023 08:20:32-0300
Verifique em <https://revalida.rj.gov.br/>

Presidente do Comitê do Bloco 4
Adriana Sotero Martins



